

Índice Sistemático

Capítulo I – Direito de Família	1
1. Conceito.....	1
2. Divisão.....	3
3. Natureza do direito de família	4
4. Fontes do direito de família	7
5. A família	9
6. Autonomia da comunhão de vida instituída pela família	15
Capítulo II – O Casamento	17
1. Conceito e história	17
2. Natureza e caracteres	20
3. Finalidades.....	23
4. Princípios do casamento	25
5. A igualdade dos cônjuges no direito de família.....	25
Capítulo III – Capacidade para o Casamento, Impedimentos e Causas Suspensivas	29
1. A capacidade para o casamento	29
2. Os impedimentos	31
2.1. Espécies.....	33
3. Causas suspensivas do casamento	41
4. Legitimidade para a oposição dos impedimentos e das causas suspensivas, e o pedido de não aplicação das causas suspensivas	48
Capítulo IV – Habilitação para o Casamento	51
1. Caracterização.....	51
2. Documentos que instruem a habilitação	52
2.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente.....	53
2.2. Autorização ou anuência dos pais ou responsáveis pelos nubentes menores ou incapazes	53
2.2.1. Suprimento judicial do consentimento.....	55
2.3. Declaração de duas pessoas maiores, parentes ou não dos nubentes, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento para casar.....	57

2.4.	Declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes, e dos respectivos pais, se conhecidos	57
2.5.	Certidão de óbito do cônjuge falecido, de nulidade ou de anulação do casamento, com o trânsito em julgado, ou do registro da sentença de divórcio.....	57
3.	Casamento de pessoas menores de dezesesseis anos.....	58
4.	O processo de habilitação.....	60
5.	Exame pré-nupcial.....	63
Capítulo V – Celebração do Casamento		65
1.	Formalidades	65
2.	Suspensão da celebração do casamento.....	69
3.	Momento da realização do casamento.....	70
4.	Casamento de militares.....	71
5.	Casamento de brasileiro celebrado no estrangeiro, perante autoridade consular e casamento de estrangeiros.....	72
6.	Casamento de estrangeiros e separação ou divórcio no Brasil.....	75
7.	Casamento de estrangeiro divorciado no exterior com pessoa brasileira e homologação da sentença pelo Superior Tribunal de Justiça	77
8.	Homologação de sentença de divórcio ou separação de cônjuges estrangeiros	78
9.	Legitimidade para pedir a homologação da sentença perante o Superior Tribunal de Justiça.....	82
10.	Casamento em caso de moléstia grave, e de iminente risco de vida ou casamento nuncupativo.....	83
10.1.	Motivo urgente por moléstia grave	83
10.2.	Iminente risco de vida, ou casamento nuncupativo	85
11.	Casamento religioso com efeitos civis	87
12.	Casamento por procuração	89
13.	Prova do casamento e estado de casado	90
Capítulo VI – Invalidade do Casamento por Inexistência, Nulidade e Anulabilidade.....		95
1.	Distinções	95
2.	Casamento inexistente	95
3.	Casamento nulo	101
3.1.	Ação própria para a nulidade do casamento	106
3.2.	Imprescritibilidade da ação de nulidade.....	107
3.3.	Legitimidade para propor a ação.....	108
3.4.	Efeitos da nulidade.....	110
4.	Casamento anulável.....	112
4.1.	Causas de anulação	112

4.1.1.	Causas derivadas da idade, do vício de vontade, do mandato e da incompetência do celebrante.....	113
4.1.2.	Causa derivada do erro essencial quanto à pessoa.....	117
4.1.3.	Coação de um ou de ambos os nubentes.....	129
4.1.4.	Outras causas de anulação.....	131
4.2.	Efeitos da anulação do casamento.....	133
4.3.	Ação própria para a anulação e prazos para o ajuizamento.....	135
4.4.	Anulação do casamento religioso com efeitos civis.....	136
5.	Separação de corpos e alimentos na nulidade e na anulação do casamento.....	137
6.	Sanções às infrações de normas regulamentadoras do casamento.....	139
Capítulo VII – Casamento Putativo.....		141
1.	Caracterização.....	141
2.	Requisitos.....	143
3.	Efeitos.....	146
3.1.	Quanto aos cônjuges.....	147
3.2.	Quanto aos filhos.....	152
3.3.	Quanto a terceiros.....	152
Capítulo VIII – Efeitos Jurídicos do Casamento.....		155
1.	Relação matrimonial.....	155
2.	A posição do homem e da mulher no casamento.....	155
3.	Deveres dos cônjuges.....	157
3.1.	Fidelidade recíproca.....	157
3.2.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	158
3.3.	Mútua assistência.....	160
3.4.	Sustento, guarda e educação dos filhos.....	162
3.5.	Respeito e consideração mútuos.....	163
4.	Direção da sociedade conjugal.....	163
5.	Representação legal da família.....	166
6.	Administração dos bens comuns e particulares do cônjuge.....	167
7.	Fixação do domicílio.....	169
8.	Manutenção da família.....	169
9.	O acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	171
10.	Planejamento familiar.....	172
Capítulo IX – Limitações Matrimoniais na Atuação do Marido e da Mulher.....		175
1.	Importância das limitações.....	175
2.	As limitações.....	176

3.	Obrigações que importam alienação dos bens do casal e benefício comum	183
4.	Presunção da contratação da dívida em favor do casal.....	184
5.	Obrigações particulares dos cônjuges.....	185
6.	A responsabilidade nas dívidas particulares	186
7.	Consequências no descumprimento das limitações comuns	187
8.	Suprimento judicial do consentimento do cônjuge.....	188
9.	Obrigações derivadas dos encargos no lar que dispensam a outorga do cônjuge.....	190
Capítulo X – Bens Reservados.....		193
1.	A posição da mulher nos ordenamentos jurídicos	193
2.	Os bens reservados no Código Civil anterior e bens próprios no Código atual	195
3.	Concepções que passaram a dominar sobre bens reservados	196
4.	Caracterização de bens reservados	198
5.	Pressupostos para a caracterização de bens reservados.....	198
6.	Declaração da natureza do bem reservado no ato da aquisição.....	200
7.	Poderes que eram atribuídos sobre os bens reservados	201
Capítulo XI – Dissolução da Sociedade Conjugal e Dissolução do Vínculo Conjugal		203
1.	Distinções	203
2.	Dissolução por morte de um dos cônjuges	205
Capítulo XII – Divórcio		207
1.	Visão histórica	207
2.	A extinção do vínculo do casamento pelo divórcio.....	209
3.	A origem da Emenda Constitucional nº 66/2010.....	210
4.	A permanência da separação judicial, embora o pouco uso que terá no sistema jurídico.....	210
5.	Um único tipo de pedido de divórcio	212
6.	As pessoas legitimadas para o pedido de divórcio	213
7.	O pedido de divórcio	214
8.	Formas de ações de divórcio	215
8.1.	Divórcio consensual judicial.....	215
8.2.	Divórcio litigioso judicial	219
8.3.	Divórcio consensual extrajudicial ou administrativo.....	222
9.	Ações de separação e divórcio pendentes quando do advento da Emenda Constitucional nº 66/2010.....	223
10.	Divórcio de brasileiros ocorrido no exterior, de estrangeiros residentes no país e sentença estrangeira de divórcio consensual	225

11.	Promessa de doação no divórcio consensual.....	227
12.	Competência para promover a ação de divórcio.....	230
13.	Efeitos e decorrências do divórcio.....	231
13.1.	Quanto ao patrimônio.....	232
13.2.	Quanto a alterações de cláusulas existentes na eventual separação anterior.....	232
13.3.	Quanto a novo casamento	233
13.4.	Quanto ao nome do cônjuge divorciado	234
13.5.	Quanto à reconstituição da vida conjugal pelos divorciados	235
13.6.	Quanto à guarda unilateral e compartilhada dos filhos menores.....	236
13.7.	Quanto ao direito de visitas.....	241
13.8.	Quanto ao direito de visita em favor dos avós.....	243
13.9.	Quanto aos alimentos em favor do ex-cônjuge e o exercício ao seu direito.....	244
13.10.	Quanto aos alimentos aos filhos.....	246
14.	Guarda dos filhos e alienação parental	248
15.	Obrigações dos divorciados e novo casamento	251
16.	Concessão do divórcio por mais de uma vez.....	252
17.	Cessação dos efeitos civis no casamento religioso.....	253
Capítulo XIII – Separação Judicial		255
1.	Dissolução da sociedade conjugal e Emenda Constitucional nº 66.....	255
2.	Caráter pessoal da separação	257
3.	Separação, divórcio e a família atual.....	258
4.	Aspectos históricos e configuração da separação judicial	260
5.	A conciliação na separação.....	262
6.	Participação do advogado na conciliação	264
Capítulo XIV – Separação Consensual e Separação Litigiosa		267
1.	Separação Consensual	267
1.1.	Caracterização.....	267
1.2.	Abstração da causa.....	269
1.3.	Procedimento judicial na separação consensual	269
1.4.	Representação dos cônjuges incapazes por curador, ascendente ou irmão	271
1.5.	A petição inicial	271
1.6.	Descrição e partilha dos bens.....	272
1.7.	Natureza da sentença homologatória	273
1.8.	Irretratabilidade do acordo	274
1.9.	Recusa da homologação pelo juiz.....	274
1.10.	Falecimento do cônjuge antes da homologação.....	275
1.11.	Separação de cônjuges estrangeiros domiciliados no Brasil.....	275

1.12.	A separação consensual administrativa ou extrajudicial.....	276
2.	Separação Litigiosa.....	280
2.1.	Caracterização.....	280
2.2.	Separação baseada na culpa.....	281
2.2.1.	Violação dos deveres do casamento.....	282
2.2.2.	Deveres cuja infração enseja a separação judicial.....	283
2.2.3.	Insuportabilidade da vida em comum.....	288
2.2.4.	Separação por culpa recíproca.....	292
2.3.	Separação por causas objetivas.....	293
2.3.1.	Separação fundada na ruptura da vida em comum.....	294
2.3.2.	Separação fundada em grave doença mental.....	294
2.3.3.	Perda das vantagens patrimoniais oriundas do casamento na separação por doença mental.....	295
2.3.4.	Dever de assistência na separação baseada em causas objetivas.....	296
2.3.5.	A separação e as condições pessoais do cônjuge ou dos filhos menores.....	296
2.4.	Separação requerida por cônjuge incapaz.....	297
2.5.	Foro competente para a ação.....	297
2.6.	Procedimento judicial na separação litigiosa.....	299
2.7.	Eficácia da sentença e restabelecimento da sociedade conjugal.....	302
3.	Efeitos da Separação Judicial.....	303
3.1.	Efeitos em geral.....	303
3.2.	Relativamente aos cônjuges.....	303
3.3.	Relativamente aos alimentos entre os ex-cônjuges.....	304
3.4.	Relativamente aos bens.....	306
3.5.	Relativamente aos filhos.....	307
3.6.	Relativamente aos critérios determinantes da guarda dos filhos..	309
3.7.	Relativamente ao direito de visita.....	312
3.8.	Relativamente aos alimentos para os filhos.....	316
3.9.	Relativamente ao sobrenome do cônjuge.....	317
Capítulo XV – Tutelas Provisórias de Urgência no Divórcio e na Separação Judicial, e Procedimento nas Ações de Direito de Família.....		321
1.	Separação de corpos no divórcio ou na separação judicial.....	321
2.	Guarda provisória e busca e apreensão dos filhos.....	325
3.	Alimentos provisórios.....	328
4.	Arrolamento e sequestro de bens, e outras tutelas.....	330
5.	A tutela provisória e regras procedimentais comuns nas ações de família.....	332
Capítulo XVI – Relações de Parentesco.....		335
1.	Ordens de parentesco.....	335

2.	Linhas de parentesco	336
3.	Contagem do parentesco na linha reta	338
4.	Contagem do parentesco na linha colateral	338
5.	O vínculo da afinidade	340
Capítulo XVII – A Filiação e Reconhecimento dos Filhos.....		343
1.	Caracterização e conceito	343
2.	Tratamento dos filhos havidos no casamento e fora do casamento	345
3.	Espécies de filiação.....	347
4.	Filhos nascidos durante o casamento.....	349
5.	Filhos nascidos de relações não conjugais	351
6.	Presunção legal da filiação havida durante o casamento	354
7.	Certeza da filiação	358
8.	Registro e certidões de nascimento.....	359
9.	Impugnação da paternidade	362
9.1.	Titularidade para impugnar a paternidade.....	366
9.2.	Legitimidade passiva.....	368
9.3.	Prazo para propor a ação	368
9.4.	Confissão da mãe quanto à paternidade	369
10.	A legitimação dos filhos no regime anterior	369
11.	Reconhecimento dos filhos	371
11.1.	Reconhecimento voluntário	373
11.1.1.	Formas de reconhecimento voluntário	375
11.1.2.	Oposição ao reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	378
11.1.3.	Reconhecimento antes do nascimento ou após o falecimento do filho.....	379
11.1.4.	Ação anulatória de reconhecimento	381
11.2.	Reconhecimento judicial	383
11.3.	Efeitos jurídicos do reconhecimento.....	383
11.4.	Pluriparentalidade	385
Capítulo XVIII – Investigação de Paternidade.....		389
1.	Reconhecimento judicial de paternidade.....	389
2.	Resenha do direito na investigação de paternidade durante o casamento.....	390
3.	Objeto da ação e efeitos da sentença	392
4.	Legitimidade ativa para a ação	394
5.	Relação avoenga	397
6.	Legitimidade passiva na ação	400
7.	Imprescritibilidade da ação.....	401
8.	Fatos que geram a presunção da paternidade	404

9.	Investigação da maternidade.....	410
10.	A prova na investigação de paternidade	412
10.1.	Prova indiciária e testemunhal	412
10.2.	Prova técnica da paternidade.....	413
11.	Negatória da paternidade e da maternidade.....	435
12.	Anulatória de paternidade.....	437
13.	Coisa julgada nas ações de investigação de paternidade	439
14.	A investigação de paternidade e a filiação socioafetiva.....	441
15.	A ação de investigação de paternidade para a ciência genética da filiação e a inviabilidade para conseguir a herança	445
Capítulo XIX – Fecundação Artificial		449
1.	Técnicas de fecundação artificial.....	449
2.	Contrato de gestação.....	452
3.	Definição da paternidade e maternidade.....	454
4.	Venda de embriões.....	457
5.	Eliminação de embriões.....	458
6.	Cessão de material genético.....	462
7.	A inseminação <i>post mortem</i>	464
8.	Consentimento do cônjuge na inseminação.....	465
9.	Investigação de paternidade pelo filho	467
10.	Inseminação artificial e alimentos, direitos sucessórios, impedimentos matrimoniais e parentesco	468
11.	Negatória de paternidade pelo marido que admitiu a inseminação.....	469
Capítulo XX – Adoção		471
1.	Conceito	471
2.	Elementos históricos.....	472
3.	Panorama legislativo no tratamento da adoção	473
4.	A adoção pela Lei nº 8.069/1990 e pelo Código Civil de 2002.....	477
5.	Forma de adoção.....	478
6.	Idade para adotar.....	480
7.	Diferença de idade entre o adotante e o adotado, e adoção por duas pessoas de sexo diferente	481
8.	Consentimento do cônjuge do adotante.....	484
9.	Consentimento dos pais ou representantes para a adoção, e concordância do adotando se contar com mais de doze anos	485
10.	Adoção por tutor ou curador.....	486
11.	Irrevogabilidade da adoção.....	487
12.	O poder familiar na adoção e obrigação alimentar.....	489
13.	Parentesco resultante da adoção	490

14.	Direitos sucessórios	491
15.	Representação dos filhos do adotado na sucessão do adotante.....	493
16.	Representação do adotado na sucessão dos pais do adotante.....	494
17.	Efeitos da adoção efetuada anteriormente à Constituição de 1988	494
18.	Nome dos avós do adotado	497
19.	Adoção de parentes.....	498
20.	Adoção de filhos não reconhecidos	500
21.	Inexistência, nulidade e anulabilidade da adoção.....	501
22.	Legitimidade para pedir a anulação ou a nulidade da adoção	502
23.	Institutos ligados à adoção.....	503
23.1.	Família substituta	504
23.2.	A guarda	506
23.3.	A tutela	511
23.3.1.	Procedimento para a nomeação do tutor	512
24.	O procedimento para a adoção	519
24.1.	Requisitos nas adoções sujeitas ao procedimento da Lei nº 8.069/1990.....	521
24.2.	A tramitação do processo	525
25.	Registro de adotandos, habilitação para a adoção e ingresso na lista de candidatos à habilitação	532
26.	Inscrição da sentença no Registro Civil.....	537
27.	Efeitos da adoção.....	538
28.	A adoção por estrangeiro	542
29.	Adoção póstuma	546
30.	Adoção à brasileira ou socioafetiva.....	548
Capítulo XXI – Poder Familiar.....		553
1.	Relações jurídicas entre pais e filhos.....	553
2.	Concepção tradicional e atual de poder familiar	554
3.	Características.....	556
4.	Titularidade do poder familiar	557
5.	Exercício do poder familiar	559
6.	Extinção do poder familiar	561
7.	Suspensão do poder familiar.....	563
8.	A perda do poder familiar	565
9.	O poder familiar e enteados, e o acréscimo do nome de família do padrasto ou da madrasta no nome do enteado ou enteada.....	569
Capítulo XXII – Regimes Matrimoniais de Bens		571
1.	Noções e princípios	571

2.	Pacto antenupcial.....	576
3.	Conteúdo do pacto antenupcial.....	580
4.	Alteração do regime de bens.....	582
5.	Prevalência do regime de comunhão parcial na inexistência de convenção sobre outro regime	586
6.	Regime de comunhão parcial.....	587
6.1.	Bens e encargos excluídos da comunhão.....	588
6.2.	Bens que integram a comunhão	593
6.3.	Presunção da comunicabilidade dos bens móveis.....	595
6.4.	Administração dos bens e dissolução do regime de comunhão parcial.....	595
7.	Regime de comunhão universal.....	597
7.1.	Bens e encargos próprios ou excluídos da comunhão.....	598
7.2.	Administração dos bens e dissolução do regime de comunhão universal	603
7.3.	A comunicação dos frutos e rendimentos	606
7.4.	Direito à habitação em favor do cônjuge sobrevivente.....	606
8.	Participação nos aquestos através de regime matrimonial	607
9.	Regime de separação de bens	611
9.1.	Separação obrigatória ou legal	614
10.	Regime dotal.....	620
10.1.	Constituição do dote.....	621
10.2.	Restituição dos bens.....	622
10.3.	Separação do dote e direito à reversão.....	623
10.4.	Relações matrimoniais no regime dotal	624
11.	Outros regimes de bens.....	624
12.	Regime de bens no casamento de brasileiros celebrados no exterior.....	626
13.	Propriedade dos bens adquiridos por um dos cônjuges, durante a separação de fato.....	627
14.	Usufruto em favor do cônjuge sobrevivente.....	629
15.	Bens parafernais	630
16.	Doações antenupciais	630
17.	Doações entre cônjuges	632
18.	Venda de bens entre cônjuges.....	634
19.	O exercício e a defesa de direitos pessoais e dos bens de propriedade dos cônjuges ou da família.....	634
Capítulo XXIII – A Defesa da Meação		643
1.	A proteção legal da meação	643
2.	Formas e momentos da defesa da meação.....	644
3.	Cônjuge intimado da penhora e embargos do devedor.....	645

4.	Defesa contra a execução através de embargos do devedor e para resguardar a meação, mediante embargos de terceiros	646
5.	O ônus da prova da destinação da dívida.....	647
Capítulo XXIV – Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores....		649
1.	O exercício do usufruto e da administração	649
2.	Autorização judicial para a venda, a oneração dos bens e a contratação de obrigações.....	650
3.	Usufruto legal em favor dos pais sobre os bens dos filhos menores	654
4.	Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais.....	655
5.	Colidência de interesses entre os pais e o filho.....	656
6.	A responsabilidade pelos atos dos filhos	657
Capítulo XXV – Alimentos		661
1.	Obrigação de prestar alimentos	661
2.	Natureza da obrigação alimentar.....	666
3.	Características da obrigação alimentar.....	668
4.	Pressupostos para a obrigação alimentar	685
4.1.	A fixação do <i>quantum</i> , os recursos do alimentante e a inclusão de indenizações ou direitos salariais, como FGTS, 13º salário, horas extras e abonos	687
4.2.	A situação pessoal do alimentando	688
4.3.	Inexistência de meios para o sustento próprio	689
4.4.	Alteração da pensão conforme se modificam as condições das partes.....	690
4.5.	Capacidade econômica do alimentante	690
5.	Objeto, forma e limites da obrigação alimentar.....	691
6.	Titularidade para pedir e para prestar alimentos.....	693
7.	Prestação alimentícia aos filhos menores	699
8.	Alimentos ao nascituro ou alimentos gravídicos	705
9.	Prestação alimentícia aos filhos maiores, aos pais e a outros parentes.....	708
10.	Obrigação alimentar entre os cônjuges ou companheiros	713
10.1.	Alimentos na separação de fato	713
10.2.	Alimentos e coabitação no mesmo lar	714
10.3.	Abandono do lar sem justo motivo	716
11.	Alimentos na separação e no divórcio.....	718
11.1.	Reciprocidade na obrigação de prestar alimentos.....	719
11.2.	Alimentos e culpa na separação.....	720
11.3.	O direito a alimentos e casamento, união estável, e procedimento indigno do ex-cônjuge.....	722
11.4.	Impossibilidade de renúncia a alimentos, de cessão, compensação e penhora	725
11.5.	Pedido de alimentos após o divórcio.....	729

12.	Transmissão da obrigação alimentar.....	730
12.1.	Transmissão da obrigação ao espólio e não aos herdeiros.....	731
12.2.	Transmissão da obrigação limitada às forças da herança e razões que impõem a transmissão.....	732
12.3.	Transmissão da obrigação alimentar independentemente da razão que determinou a sua fixação.....	733
12.4.	Caráter de proteção aos cônjuges na transmissão da obrigação alimentar.....	734
12.5.	Herdeiros chamados a responder pela obrigação alimentar.....	735
12.6.	Extensão da transmissibilidade da obrigação de prestar alimentos.....	737
12.7.	Pedido de alimentos contra o espólio.....	738
13.	Procedimentos judiciais nas ações de alimentos.....	738
13.1.	Procedimento segundo a Lei nº 5.478, de 1968.....	740
13.2.	Procedimento comum.....	744
13.3.	Cumprimento da obrigação alimentícia.....	747
	13.3.1. Intimação para pagar, comprovar o pagamento ou justificar a impossibilidade.....	747
	13.3.2. Alimentos provisórios e alimentos definitivos.....	748
	13.3.3. Desconto em folha de pagamento.....	750
	13.3.4. Expropriação de aluguéis e outros rendimentos.....	751
	13.3.5. Constituição de capital em imóveis, títulos da dívida pública, aplicações financeiras, substituível pela inclusão do beneficiário em folha de pagamento ou outras garantias, e prestação de caução real ou fidejussória e usufruto de determinado bem.....	752
	13.3.6. Cumprimento através de expropriação de bens.....	754
	13.3.7. Cumprimento através de coação pessoal ou prisão.....	757
	13.4. O procedimento da execução de título extrajudicial.....	768
14.	Alimentos provisórios a filhos não reconhecidos.....	769
15.	Alimentos com ou sem a investigação de paternidade.....	770
16.	Concessão de alimentos e reconhecimento da paternidade.....	772
17.	Alimentos provisórios em ação de responsabilidade civil e efeitos da sentença condenatória.....	774
18.	Revisão e exoneração ou extinção de alimentos.....	775
19.	Revisão de alimentos provisórios.....	782
20.	Modificação de cláusula alimentar.....	783
21.	Natureza da sentença proferida em matéria alimentar.....	785
22.	A coisa julgada em ações de alimentos.....	787
23.	Oferta de alimentos.....	790
24.	Obrigação alimentar de pessoa residente no exterior.....	790
25.	Alimentos e união estável sob a ótica constitucional.....	793
25.1.	O direito regulamentado por leis específicas e pelo Código Civil.....	795

25.2.	O procedimento judicial na ação de alimentos	798
25.3.	A culpa na separação.....	799
26.	Alimentos <i>intuitu familiae</i>	800
27.	Atualização das prestações devidas.....	801
28.	Alimentos <i>in natura</i> e compensação com alimentos fixados em pecúnia	802
29.	Alimentos compensatórios	806
30.	Prestação de contas de alimentos na guarda.....	809
Capítulo XXVI – Bens com Destinação Particular ou Bem de Família.....		811
1.	A preservação do patrimônio familiar	811
2.	A destinação voluntária, ou por ato de vontade.....	812
2.1.	Elementos da destinação	813
2.2.	A destinação de valores mobiliários.....	814
2.3.	Limites da isenção de execução por dívidas	815
2.4.	Extinção do bem de família e sub-rogação em outros bens	817
2.5.	Administração do bem de família	818
2.6.	O procedimento para a instituição do bem de família	819
3.	A destinação determinada por lei.....	820
3.1.	Exceções à impenhorabilidade.....	820
3.2.	Obrigatoriedade e renúncia da impenhorabilidade	822
3.3.	A impenhorabilidade dirigida à proteção da moradia familiar	823
3.4.	A impenhorabilidade da residência familiar em imóvel rural.....	824
3.5.	A impenhorabilidade de bens de natureza pessoal, profissional e laboral.....	825
Capítulo XXVII – A Companheira ou o Companheiro na Previdência Social.....		827
1.	A inscrição da companheira ou do companheiro na Previdência Social por pessoa casada.....	827
2.	Requisitos para a habilitação ao benefício.....	828
3.	Benefícios previdenciários reconhecidos à companheira ou ao compa- nheiro	831
4.	Não reconhecimento do direito no concubinato	832
5.	Direitos previdenciários entre companheiros do mesmo sexo	834
Capítulo XXVIII – Pensão Previdenciária ao Cônjuge Separado ou Divorciado que Percebia Alimentos, ao que não Percebia, e à Viúva que Casa Novamente		839
1.	Morte de ex-cônjuge e a situação do cônjuge contemplado e ao não con- templado com pensão alimentícia.....	839
2.	Pensão previdenciária ao cônjuge que não exerceu o direito a alimentos	844
3.	Pensão previdenciária ao ex-cônjuge ou ex-companheiro que renunciou alimentos na separação ou no divórcio.....	845

4.	Casamento do ex-cônjuge alimentante e pensão previdenciária	847
5.	Pensão à viúva que casa novamente	848
Capítulo XXIX – União Estável		851
1.	Conceito	851
2.	Requisitos e características	853
3.	Distinções	858
4.	Visão histórica	859
4.1.	Fase antiga	860
4.2.	Fase medieval e contemporânea	861
4.3.	Fase de formação no direito brasileiro	862
4.4.	Fase atual e o direito no Código Civil	864
4.5.	Visão no direito comparado	865
5.	Efeitos da união estável	866
6.	Alimentos	867
7.	Direitos sucessórios	869
8.	Direitos previdenciários	871
9.	Partilha do patrimônio formado durante a convivência	874
10.	Sociedade de fato e concubinato	878
11.	Conversão da união estável em casamento	879
12.	Remuneração por serviços prestados	881
13.	Responsabilidade nas obrigações contraídas durante a união estável	883
14.	Adoção do nome do companheiro	884
15.	Indenização por morte do companheiro	884
16.	Inventário por morte do companheiro	885
17.	Competência para os litígios sobre a união estável	886
18.	Unões de pessoas do mesmo sexo	887
Capítulo XXX – Esponsais ou Promessas de Casamento		891
1.	Conceito	891
2.	Prejuízos decorrentes do rompimento da promessa de casamento	892
3.	Requisitos para ensejar o direito à indenização	892
4.	Fundamento legal da indenização	894
5.	Impossibilidade jurídica na realização do casamento	895
Capítulo XXXI – Tutela		897
1.	Instituto para a proteção do menor e seus bens	897
2.	Concepção histórica e atual de tutela e figuras afins	898
3.	Pressupostos para a tutela	900
4.	Espécies de tutela	900

4.1.	Tutela testamentária	901
4.2.	Tutela legítima	902
4.3.	Tutela dativa	903
5.	Caracteres da tutela	904
6.	Capacidade para exercer a tutela	905
7.	Incapacidade para o exercício da tutela	906
8.	A escusa em exercer a tutela	907
9.	A garantia da tutela	910
10.	O exercício da tutela	911
11.	Providências impostas ao tutor antes de assumir o encargo e restrições em relação aos bens do menor	915
12.	Responsabilidade e prestação de conta dos tutores	916
13.	Remuneração do tutor	919
14.	Ações asseguradas ao tutor e ao tutelado	919
15.	Cessação da tutela	921
16.	Destituic�o da tutela	922
17.	Suspensão liminar da tutela	923
18.	Procedimento judicial para a destituic�o	924
Capítulo XXXII – Curatela e Tomada de Posi�o Apoiada		925
1.	Curatela. Conceito e espécies	925
2.	Características da curatela	927
3.	Pessoas sujeitas � curatela	928
3.1.	Os que não puderem, por causa transitória ou permanente, exprimir a sua vontade	931
3.2.	Os �brios habituais e os viciados em tóxicos	935
3.3.	Os pródigos	937
3.4.	O nascituro e o enfermo ou portador de deficiência física	940
4.	Legitimidade para requerer a interdi�o	941
5.	Ordem legal na nomea�o do curador e incapacidade para o exercício da curatela	945
6.	Limites da interdi�o	947
7.	O exercício da curatela	949
8.	Procedimento judicial na interdi�o	953
9.	Eficácia da sentença	958
10.	Efeitos nos recursos	962
11.	Compromisso do curador	963
12.	Levantamento da interdi�o	964
13.	Escusa, remo�o e cessa�o da curatela	965
14.	A tomada de decisão apoiada	967
Bibliografia		973